

ESPAÇO ACADÊMICO

REVISTA INFORMATIVA - Faculdade Católica Rainha da Paz - Araputanga - MT

ISSN 2176-1922

Ano XVI - Nº30 - 2021

ENSINO REMOTO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: *conquistas e desafios*



EXPEDIENTE

Espaço Acadêmico - Ano XVI - Nº30 - 2021
ISSN 2176-1922

CONSELHO EDITORIAL

Ma. Marilza Larranhagas da Cruz

Coordenação Editorial geral
Me. Jefferson Antonione Rodrigues

Vice-Coordenação Geral
Ma. Cleusa Bernadete L. Mamedes

SUBCONSELHO EDITORIAL DE CURSOS



Agronegócio e Ciências Contábeis:
Ma. Cristiane Otilia Colossi Bernhardt
Ma. Marisa Brito Aguiar

Direito:
Ma. Mailsa Silva de Jesus
Me. Jefferson Antonione Rodrigues

Educação Física e Pedagogia:
Ma. Cleusa Bernadete Larranhagas Mamedes
Ma. Elaine Regina Franco Magro

Gestão de Tecnologia da Informação:
Esp. Waldemar Rosa Pereira

 fcarp.edu.br

 /fcarparaputanga  /fcarp.fcarp



ÍNDICE

CARTA AO LEITOR	03
EDITORIAL	04
ALFABETIZAÇÃO TECNOLÓGICA E AS PRÁTICAS REFLEXIVAS DE SALA DE AULA EM TEMPOS PANDÊMICOS.....	05
A ESCOLA E A MUDANÇA NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM EM TEMPO DE PANDEMIA	06
DESAFIOS E CONQUISTAS MEDIANTE O ENSINO REMOTO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	07
A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA DO PROFISSIONAL CONTÁBIL, NA DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS	08
O FUTURO DA JUSTIÇA COMO CONSEQUÊNCIA DO FUTURO DA EDUCAÇÃO NA ERA DIGITAL	09
METODOLOGIAS ATIVAS DE ENSINO - APRENDIZAGEM PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: POSSIBILIDADES, OPORTUNIDADES E COMPARTILHAMENTO	10
PERFIL COMPORTAMENTAL VERSUS IMPACTOS NA EMPRESA	11
QUANDO A SAÚDE E A BELEZA SE TRANSFORMAM EM VIOLÊNCIA DE GÊNERO E CHEGA AO RICOCHETE	12
POR UMA SEGURANÇA DOBROADA: PANDEMIA ALIA CAUTELA E PREVENÇÃO AOS ACIDENTES DE TRABALHO	13
A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM TEMOS PANDÊMICOS	14
TRANSTORNOS DE CONDUTA E TRAÇOS DE PSICOPATIA EM MENORES INFRATORES	16
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO INTERDISCIPLINAR: XADREZ E REDAÇÃO.....	17
EFEITOS DO TREINAMENTO DE FORÇA NO TRATAMENTO DA DOR LOMBAR: UMA BREVE REVISÃO DA LITERATURA	18
PRÁTICAS EDUCACIONAIS: A IMPORTÂNCIA DOS ALIMENTOS E A ATIVIDADE FÍSICA PARA O CORPO HUMANO	18
INVESTIGAÇÃO DAS FORMAS DE CONTROLE E TRATAMENTO EM DIABÉTICOS DO TIPO 2.....	19
ELETIVA: DA DOR E DA DELÍCIA DE SER ADOLESCENTE	21
EDUCAÇÃO INFANTIL: OS DESAFIOS DO BRINCAR E O PARQUE ESCOLAR COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM PARA CRIANÇAS COM E SEM DEFICIÊNCIA	23
A IMPORTÂNCIA DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO	24
ESPIRITUALIDADE	25

**ENSINO REMOTO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR:
CONQUISTAS E DESAFIOS APRENDIZAGEM
PARA CRIANÇAS COM E SEM DEFICIÊNCIA**

*“Não existe cultura sem educação.”
-Rubem Alves*

Caro Leitor!

Esta edição tem como tema central: “Ensino Remoto na educação superior: conquistas e desafios.”

Vivemos em tempo de pandemia com a COVID 19. Um tempo desafiador que trouxe muitas mudanças em todas as áreas da sociedade e do comportamento humano. Faz-se necessário afirmar que o tema desta edição é atual e, portanto, muito pertinente à área educacional.

Certamente a Educação a distância (EAD), tem seus prós e contras, como o ensino presencial. Sem sombra de dúvidas, desde que a pandemia de COVID 19 chegou ao Brasil, muitas discussões surgiram sobre a EAD e o Ensino Remoto pela internet. Borbulham as discussões sobre as diferenças, os prós e os contras.

Nesta, você terá a oportunidade de fazer uma excelente e agradável leitura sobre as conquistas e os desafios do Ensino Remoto na educação superior. Certamente os artigos trarão uma visão global e esclarecedora que lhe ajudará muito na compreensão do valor da educação e sua incidência na vida das pessoas e na transformação da sociedade.

Desejo a você uma boa leitura e, oxalá, possa por meio desta edição, ajudar-lhe cada vez mais no conhecimento e na formação pessoal e cultural.

Deus te abençoe, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Amém!
Padre Celso Ferreira de Jesus



ENSINO REMOTO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: CONQUISTAS E DESAFIOS

Profundas mudanças e estruturas, talvez jamais inimagináveis para o futuro da sociedade transformaram os nossos dias e, por inúmeras vezes, nos faz pensar o quão irreversíveis podem se tornar para nós indivíduos, famílias, empresas, enfim, para o mundo de modo geral. Com isso, a educação que sempre fora propagada como a tábula para a salvação de todos os problemas da humanidade se viu cada vez mais encurralada. Afinal, aquilo que dantes se proibia em sala de aula hoje é senão o principal, um dos principais aparatos de uso para a continuidade do processo ensino/aprendizagem nos diversos países do mundo.

Tal perspectiva nos permite indagar: Como será a educação e a vida em sociedade pós-pandemia? A educação que sempre fora sustentada como o futuro da sociedade, se viu abalada diante de toda a crise mundial que a pandemia do COVID-19 nos trouxe.

O ambiente on-line que almejávamos demorar ainda algum tempo para implantação ou implementação total, adentrou-se globalmente aos sistemas educacionais com a função imediatista de salvaguardar um direito previsto constitucionalmente – a educação. O processo de adaptação às novas condicionantes e os meios por busca de formação e informação tiveram que se transformar no aparato do momento de forma alanceada.

A resposta imediatista das universidades e das escolas assustou todos em um primeiro instante, porém o contexto social, político, econômico e cultural, se amoldou prontamente aos possíveis processos midiáticos de informação tecnológica, fatores que, inicialmente, foram vistos como atos de exclusão educacional. Rapidamente o setor educacional se organizou para cuidar da inclusão de todos aos meios digitais, inclusive, foram proporcionadas formações e capacitações aos docentes para que garantissem a continuidade do processo educacional. É válido salientar que atualmente a maioria dos

pais, alunos e professores se sente aptos para desenvolver suas atividades laborais e de aprendizagem enquanto perdurar tal período.

Mesmo com toda vulnerabilidade a que vimos imersos, professores, alunos, pais e a sociedade em geral, com solidariedade e persistência absorveram as necessidades do momento e se conscientizaram da necessidade de mudanças, algumas drásticas e inesperadas, outras plausíveis de contornos, graças às possíveis formas de comunicação e informação digitais contemporâneas e futuristas.

Nesse contexto, a Faculdade Católica Rainha da Paz – FCARP, prontamente se atentou às reais necessidades e possibilidades para continuidade do processo ensino/aprendizagem de seus cursos. Vale registrar que em algumas disciplinas as atividades de cunho remoto eram desenvolvidas, tais como: projetos, grupos de estudos e pesquisa dentre outras.

Assim, nesta Edição da Revista Informativa “Espaço Acadêmico” voltamos as publicações aos tempos pandêmicos vividos, entretanto destacamos os processos e as ações interdisciplinares não somente pelo uso das tecnologias nesse período, mas também damos ênfase à literatura, às atividades físicas, às informações jurídicas e salutares, as quais são essenciais ao pleno desenvolvimento cognitivo, sem, contudo, nos atentarmos à missão humanista que é peculiar da Faculdade Católica Rainha da Paz.

Desejamos-lhe uma excelente leitura.



Jefferson
Antônio Rodrigues



ALFABETIZAÇÃO TECNOLÓGICA

E AS PRÁTICAS REFLEXIVAS DE SALA DE AULA EM TEMPOS PANDÊMICOS

Ana Clara Moreira de Bortoli*
Etiene Antônia Moreira**
Jefferson Antonione Rodrigues***

A pandemia pelo COVID-19 adiantou o processo de aplicação da tecnologia como ferramenta de ensino, o processo que deveria ser implementado gradualmente teve que ser disseminado imediatamente, sem o devido planejamento, contou somente com a capacidade de adaptação dos professores, alunos e pais, que foram responsáveis pelo funcionamento de todo arcabouço tecnológico através da criatividade.

Por conseguinte, surge de imediato a impregnação da cibercultura gerada pela onipresença da informação em tempo recorde e nunca imaginado, por intermédio de documentos interativos interconectados e pelas telecomunicações recíprocas e assíncronas, que ocorreu intra e entre os grupos e, tudo isso, ressignificou as práticas culturais escolares e trouxe à tona um grande problema da sociedade atual para o ensino através da tecnologia, principalmente na educação de adultos na qual, em muitos casos, ainda impera o “analfabetismo tecnológico”, isso sem contar a falta de acesso aos equipamentos necessários e à internet devido às desigualdades sociais, já assunto que daria uma discussão à parte.

Justifica-se pensar a cultura cibernética como um novo universal, pois incorpora todos os conteúdos conectados às suas cargas semânticas. As interconexões, não sendo neutras, remetem a diferenças culturais que, ao se organizarem, se atualizam em cada intercâmbio, gerando redes, por exemplo, de formação de educadores de jovens e adultos. É importante notar que esta realidade muito dinâmica e rica em conexões simbólicas coexiste com 15 milhões de analfabetos, 13% da população brasileira, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (GOMEZ, 2010, p. 02)

Atualmente as crianças ainda com pouca idade sabem lidar com as ferramentas tecnológicas, mas os mais velhos, isto é, os que nasceram antes da era tecnológica há a necessidade de adaptação, ou seja, de “alfabetização tecnológica”, o que, infelizmente, ocorre com muitos professores que estão no mercado de trabalho.

Dito isso, ressaltamos o Direito à Educação, que é garantido a todos pela Constituição Federal de 1988, mas que na realidade ainda não ocorre de forma igualitária. Nesse contexto, a pandemia acaba sendo excludente para as pessoas que não possuem acesso à tecnologia

ou que não sabem lidar com ela. Sem dúvidas, a tecnologia é uma ferramenta ilimitada para transmissão de conhecimento e disponibiliza diversas ferramentas para a educação, mas antes de utilizá-la como ferramenta é faz-se necessário capacitar às pessoas para o uso correto, caso contrário restringirá o acesso à educação, principalmente, para os idosos que desejam estudar.

Assim, o desafio da educação tecnológica é grande e maior ainda quando se fala a respeito da educação de adultos. De acordo com Pimenta e Ghedin (2006), a massificação da expressão “professor reflexivo” tem contribuído para que o professor não se engaje em práticas mais críticas, reduzindo-as a um fazer técnico ou rotineiro. Para os mencionados autores, o saber docente não é formado “apenas” da prática, mas é nutrido também pelas teorias da educação, pois são elas que propiciam aos professores os meios para compreensão dos contextos históricos, sociais, culturais, organizacionais e de si próprios como profissionais.

Nesse contexto, a inclusão digital, via ambiente escolar, deve, com urgência, ser pautada como tema relativo junto às práticas de formação universitária de professores, bem como junto às políticas públicas de inclusão que, em âmbito governamental, deixam a desejar. Importante destacar que a formação docente não pode prescindir apenas de concepção histórica, política, filosófica e sociológica, mas sim de uma densa fundamentação didático-metodológica que, pautadas, numa formação tecnológica aproximem professores e alunos, pois somente assim os docentes serão capazes de compreender suas salas de aula como um local de ação significativa no qual educação e sociedade atuem de modo inclusivo e interativo.

REFERÊNCIAS

GOMEZ, Margarita V. Alfabetização na esfera digital: uma proposta freireana. Movimento de Educação em Rede – Instituto Paulo Freire. U S P . 2 0 1 0 . Disponível em : <https://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2010/02/06.pdf>. Acesso em 26/09/2020.

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Org.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

* Acadêmica do 10º Semestre do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Católica Rainha da Paz – FCARP de Araputanga/MT;

** Acadêmica do 6º Semestre do Curso de Pedagogia da Faculdade Católica Rainha da Paz – FCARP de Araputanga/MT.

*** Mestre em Direito e membro do corpo docente da FCARP de Araputanga/MT.

A ESCOLA E A MUDANÇA NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM EM TEMPO DE PANDEMIA

“A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”.
MANDELA

Eliana Ferreira dos Santos*
Renann da Silva Freitas**

A educação é requisito fundamental para que o ser humano possa atuar plenamente na sociedade em que vive, uma vez que é por meio dela que o aprendizado é aprimorado e transmitido às novas gerações. Ela é necessária para o pleno exercício da cidadania, haja vista que é parte importante da dignidade humana, pois proporciona um olhar crítico acerca do meio social, em âmbito nacional, e é através dela que uma nação reduz as desigualdades sociais.

Em 2020 devido à Pandemia Covid-19, o processo educacional sofreu bruscas transformações impulsionadas pelo desenvolvimento tecnológico. Foi necessária uma atenção especial ao mundo digital, o que consistiu em um grande desafio para a comunidade escolar – pais, alunos e professores. Houve a necessidade das escolas se reinventarem para continuarem o processo de ensino – aprendizagem de modo não presencial, mais precisamente, de forma remota, o que significa que dizer que o espaço escolar deixou de ser uma escola física e se transformou em salas virtuais.

Em decorrência do isolamento social, metodologia usada para conter a propagação da doença exigiu-se o distanciamento, e, com essa transformação, o ambiente escolar necessitou ser adaptado com vistas à continuação do processo ensino-aprendizagem. Desse modo, a relação entre professor - escola – aluno passou a ser virtual, para tanto foram utilizadas diversas ferramentas, dentre estas: computadores e plataformas virtuais. Os professores precisaram usar novos métodos para mediar o ensino e os alunos necessitaram de novas formas para aprender, o que, indubitavelmente, culminou em novos desafios para a comunidade escolar,

como reforça Libâneo.

É verdade que o mundo contemporâneo – neste momento da história denominado ora de sociedade pós-moderna, pós-industrial ou pós-mercantil, ora de modernidade tardia – está marcado pelos avanços na comunicação e na informática e por outras tantas transformações tecnológicas e científicas. Essas transformações intervêm nas várias esferas da vida social, provocando mudanças econômicas, sociais, políticas, culturais, afetando, também, as escolas e o exercício profissional da docência (2011, p. 17).

Podemos dizer que as transformações em uma sociedade reverberam diretamente na educação, houve tanto a solução como os conflitos entre os sujeitos que se encontram no meio educacional, pois diante da realidade os professores necessitaram buscar informações sobre este “novo jeito de ensinar/mediar” o processo da aprendizagem, reavaliar as práxis pedagógicas e até mesmo se adequarem às concepções das tecnologias na educação.

Sabemos que a educação é fundamental para a transformação dos cidadãos e, diante de tantas mudanças no ano de 2020, a escola não poderia ficar à mercê na formação de pensadores capazes de identificar e combater as injustiças cotidianas da sociedade.

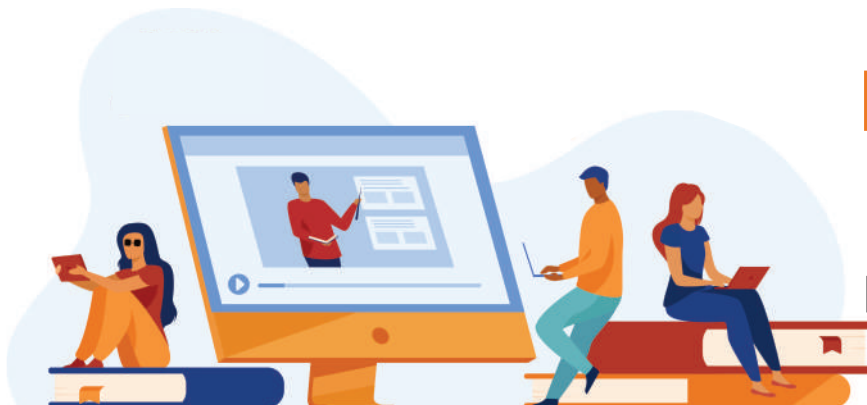
REFERÊNCIA

LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

*Egressa da Faculdade Católica Rainha da Paz.

**Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade Católica Rainha da Paz.





DESAFIOS e CONQUISTAS

MEDIANTE O ENSINO REMOTO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Marisa Brito Aguiar*
Cristiane Otília Colossi Bernhardt**

O contexto atual possibilita sobre a pandemia que assola o mundo, em virtude de tudo o que ela provocou e provoca em todos os ambientes da sociedade, porém, o foco desse artigo é o ambiente escolar, ensino superior. De forma repentina o mundo acordou com uma doença que nos obriga ao recolhimento social e, ao mesmo tempo, nos impõe a revisão de hábitos, valores e certezas. Esse remanejamento trazido pela pandemia da Covid-19 nos obrigou a pensar como fomos, como estamos e como seremos desse momento em diante.

No que diz respeito à Educação, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a crise causada pela Covid-19 resultou no encerramento das aulas em escolas e em universidades, afetando mais de 90% dos estudantes do mundo (UNESCO, 2020). A partir dessa informação perguntemo-nos: qual o futuro da Educação nesse mundo abalado pelo novo coronavírus? Ressalta-se que atividades triviais foram ressignificadas e se tornaram motivo de recordações saudosistas e memórias cruciantes. As escolas, em especial as faculdades privadas, foram brutalmente afetadas em suas convicções pedagógicas e certezas acadêmicas. Teorias educacionais de interação, trocas e convívio em sala de aula passaram pelo filtro das telas de computadores, tablets, celulares e outras mídias.

Nesse contexto caótico a reinvenção dos professores e dos alunos, foi a estratégia para reconfigurar o convívio escolar em ambiente confinado e incerto, porém, graças a tecnologia, parceira fiel nesse processo, projetou de forma exitosa, aulas remotas, contatos via e-mails, grupos de WhatsApp e sistemas acadêmicos. Em tempo recorde os professores aderiram, embora a duras penas, às tecnologias, o que era considerado impossível colocar em prática, passa a ser o único instrumento de trabalho. Em função da nova modalidade, maior exigência quanto a performance dos professores e mais tempo para preparar as aulas, para manter a qualidade, nesse ambiente virtual.-

Considera-se situação de imprevisibilidade no Brasil a incipiente cultura digital de forma remota, essa experiência é nova e complexa para quem não a vivenciava.

Por outro lado, nesse processo de interação, adaptação e solidão há alunos acostumados aos moldes tradicionais que, em alguns casos, não se vê como protagonista no processo de ensino-aprendizagem, por estar acostumado a receber passivamente instruções e reproduzi-las. Destaca-se, ainda, a falta de recursos tecnológicos, que prejudica a transmissão das aulas, além, muitas vezes da falta de interesse na participação. Quanto ao professor, está se desdobrando na preparação dos conteúdos, visto que o trabalho do docente não se resume em apenas preparar conteúdo, gravar aulas e disponibilizá-las, vai muito além esse processo, requer o acompanhamento e a interação professor/aluno, caso contrário, as aulas se tornam monótonas e improdutivas.

Portanto, esse contexto muito nos tem ensinado, especialmente, no que diz respeito a flexibilidade, comprometimento com o bem-estar social e qualidade de vida. Esse cenário desafiador também nos estimula a busca pelo novo, a interação com novas possibilidades de compartilhar conhecimento. Não mais focar apenas na transmissão do conhecimento, mas, aprender concomitantemente com nossos alunos, fazendo com que o conhecimento seja compartilhado de forma exponencial.

REFERÊNCIA

UNESCO. A Comissão Futuros da Educação da Unesco apela ao planejamento antecipado contra o aumento das desigualdades após a COVID-19. Paris: Unesco, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/comissao-futuros-da-educacao-da-unesco-apela-ao-planejamento-antecipado-o-aumento-das>. Acesso em: 20set. 2020.

*Contadora. Mestre em Contabilidade pela FUCAPE. Professora da FCARP

**Contadora. Mestre em Educação pela UNEMAT. Professora e Coordenadora da FCARP.

A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA DO PROFISSIONAL CONTÁBIL, NA DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Marisa Brito Aguiar*
Cristiane Otilia Colossi Bernhardt**

O atual cenário político e eleitoral tem sido motivado pelas redes sociais, as quais atingem de forma gigantesca a sociedade e a aproximação entre os candidatos e seu eleitorado, pois esse veículo de comunicação facilita a interação dos interessados com a sociedade, além de reforçar a fidelização ao partido. Nesse contexto, percebe-se que essa nova modalidade de comunicação facilita a consistência da confiança e da credibilidade.

O objetivo dos partidos políticos é assegurar a autenticidade do regime democrático e influenciar o poder político em mudanças ou transformações sociais, para tanto é imprescindível que haja transparência quanto a origem de suas receitas, assim como a destinação de suas despesas.

Diante do exposto, o contador tem o papel de orientar os candidatos e seus partidos para que as informações contidas nas prestações de contas sejam verídicas, transparentes e confiáveis.

O CFC - Conselho Federal de Contabilidade instrui os profissionais da área para o cumprimento das exigências da Justiça Eleitoral em relação à prestação de contas dos candidatos e dos partidos políticos. Para essa ocasião, os integrantes da Comissão Eleitoral do CFC apresentaram as novidades técnicas contábeis que envolvem as eleições de 2020, com o lançamento de um livro intitulado Contabilidade Eleitoral, editado pelo CFC para que todos os contadores possam aprimorar seus conhecimentos técnicos e sociais.

O Presidente do CFC, Sr. Zulmir Ivânio Breda foi enfático ao proferir suas palavras no seminário Nacional de Prestação de Contas Eleitorais, para as eleições municipais de 2020, no formato on-line. Nas palavras dele:

A partir do momento que a classe contábil conquistou essa prerrogativa de responder tecnicamente pelas prestações de contas eleitorais dos candidatos nas campanhas, nós assumimos uma responsabilidade muito grande de dar transparência a essas prestações de contas e de fazer com que os gastos sejam efetivamente realizados dentro daquilo que é permitido pela legislação.

A profissão contábil é uma das mais antigas de todos os tempos, em sua trajetória participou de inúmeras mudanças no que diz respeito aos procedimentos e fatos contábeis. Como em outras áreas, a graças a essa evolução chegou também à contabilidade, o que ressignificou a importância do profissional contábil no desenvolvimento das organizações. Infelizmente as fraudes também passaram a ser mais frequentes. Assim, o papel do referido profissional na atualidade é o de mudar esse paradigma e, cada vez mais honrar o código de ética.


O comportamento ético exige mais do que leis, normas e regulamentos, pois propõe obrigações e deveres, os quais influenciam a moral, ou seja, os princípios éticos devem ser respeitados. No ofício de contador, deve-se atentar para o Código de Ética do Profissional Contábil, assim como o código de ética moral particular, ou individual, que é de natureza comportamental. Dito de outra maneira, o profissional de contabilidade deve cumprir o código de ética profissional não somente com base na execução da lei, mas também de forma honesta, íntegra e ética.

A ética do profissional contábil deve transcorrer de maneira inquestionável, quanto ao sigilo, honradez, dignidade, boa conduta pessoal, competência e serenidade para que as informações divulgadas aos usuários sejam de total segurança e credibilidade. E tal procedimento requer do profissional contábil fundamentos legais, capacidade técnica e ética profissional, para que possa divulgar informações fidedignas aos usuários, nesse caso, a prestação de contas dos partidos eleitorais.

REFERÊNCIA

<https://cfc.org.br/noticias/cfc-apresenta-as-principais-novidades-sobre-a-prestacao-de-contas-eleitorais-em-seminario-virtual/>

*Contadora. Mestre em Contabilidade pela FUCAPE. Professora da FCARP
**Contadora. Mestre em Educação pela UNEMAT. Professora e Coordenadora da FCARP.



O FUTURO DA JUSTIÇA COMO CONSECTÁRIO DO FUTURO DA EDUCAÇÃO NA ERA DIGITAL

Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima*

A busca por caminhos à efetividade da justiça é imprescindível no cenário de verdadeira explosão de litigiosidade que, no Brasil, ultrapassa 100 milhões de processos em curso. Urge que medidas de prevenção e o gerenciamento, sobretudo, das demandas de massa, sejam adotadas, como consta do Planejamento Estratégico do CNJ.

A judicialização indica a busca da sociedade em diminuir a distância entre os acontecimentos reais e as normas, do dever ser com o ser, no sentido de fazer cumprir as promessas normativas previstas pelo constituinte de 1988, a que todo o ordenamento jurídico deve observar.

Essas promessas, embora ambiciosas, se justificam pelo longo período de violação de direitos e interesses individuais e o não reconhecimento dos direitos fundamentais sociais observados no Brasil, antes mesmo do período ditatorial.

Apenas a título de exemplo, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2019, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a América Latina desponta como a maior desigualdade de renda e o Brasil ocupa o 7º lugar, o que, somado ao fato de ser o país com maior número de faculdades de Direito, atualmente com mais de 1.280, do que todos os países do mundo, juntos.

É preciso reverter a cultura excessiva da judicialização, sem, contudo, comprometer a “justiça da decisão.”

Torna-se relevante repensar o papel do ensino jurídico no país, isso porque o mesmo detém relação imbricada com o futuro da Justiça, como assinala Eduardo Vera-Cruz Pinto

zar apenas uma ideologia de base acadêmica e pouca expressão política, com pretensões críticas e reformistas do sistema judicial, que resiste a adaptar-se à nova realidade social, passando ao lado da centralidade da pessoa humana na luta pela igualdade jurídica, forjando e mantendo identidades conflituantes a partir da cor da pele, da pertença religiosa, da orientação sexual, etc.. (PINTO, 2015, p.29)

Nesse cenário, é mister estimular o ensino jurídico crítico voltado à concretização das funções sociais do Direito, como a pacificação social, despidendo-o do tecnicismo irracional que o enxerga como sinônimo de lei e como aprendizagem por meio de “decoreba”, especialmente, na era digital em que a velocidade das informações é tamanha que o tempo à reflexão é olvidado.

Assim, é necessário estimular o sistema multiportas, isto é, para além da judicialização, o que pode ser feito através de mediação, de conciliação e de arbitragem, o que permite a “desjudicialização”, que deve ocorrer de modo responsável e não e não de forma impositiva para não incidir em injustiça.

Logo, o futuro da Justiça passa pelo ensino do Direito, que deve ser comprometido com a realidade social e não apresentar marca de desigualdade, de preconceito, de discriminação e de incapacidade do diálogo.

REFERÊNCIA

PINTO, Eduardo Vera-Cruz. O futuro da justiça. São Paulo: IASP, 2015.

*Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, mestranda pela Unicesumar e especialista em MBA em Gestão em Poder Judiciário pela FGV e em Direito Público pela ESMape.

A justiça não tem futuro se cair na parcialidade de concreti-



METODOLOGIAS ATIVAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: POSSIBILIDADES, OPORTUNIDADES E COMPARTILHAMENTO

Marisa Brito Aguiar*
Cristiane Otília Colossi Bernhard**

Desde março de 2020, a educação, em um contexto geral, passa por grandes transformações, várias delas, por muito tempo, foram procrastinadas, como por exemplo, a utilização das metodologias ativas que eram sempre muito discutidas, porém, parecia tão difícil mudar as práticas antigas, porque a maioria dos professores acabava repetindo, de forma automática, o modelo de ensinar.

Nesse contexto, é importante salientarmos os saberes docentes, ou seja, quais são os saberes necessários à Docência, os quais precisam estar alicerçados nos saberes técnicos científicos, nos saberes didáticos pedagógicos, nos saberes práticos e nos saberes humanos.

Geralmente os docentes tinham uma preocupação gigantesca nos saberes técnicos científicos e os demais, em especial, os humanos eram esquecidos. Esse período de distanciamento social fez com que o docente percebesse que nem sempre somente o técnico é importante, mas que os saberes precisam estar ancorados com a mesma intensidade nos quatro saberes.

As aulas das faculdades presenciais eram ministradas quase que 99% de forma expositiva pelo professor, e em muitos casos hoje ouvimos alunos dizendo que o professor, apenas mudou o meio de transmissão, entretanto, continua sendo um monólogo do professor na sala virtual. Por isso pensamos que devemos agir de forma mais atrativa e dinâmica, com estudos dirigidos, aulas invertidas, enfim, precisamos utilizar estratégias distintas para situações diferentes.

E a cada aplicação de uma metodologia ativa deve-se considerar as competências educacionais, o tipo de aluno, a estrutura, bem como o tempo disponível do aluno para executar o que for solicitado.

Infelizmente ainda há muitos professores com crenças limitantes de que o conhecimento somente pode ser obtido se o ensino for através de aulas expositivas, o que é inverdade, pois o mesmo pode acontecer pelo uso de metodologias dinâmicas, isto é, é possível utilizar de diversas formas para explorar o conhecimento e desenvolver nos alunos os seguintes pontos: a capacidade de expressões de opiniões com debates (GVGO); a capacidade de trabalhar em equipe, com a utilização do PBL, ensino com projetos, estudo de caso; através da capacidade analítica com estudos dirigidos, de seminários e filmes; a capacidade de verbalização/comunicação com dramatização, roleplay, storytelling (jogos educacionais);

da capacidade de compreensão de textos, por meio de estudos dirigidos e seminários; da competência para estabelecer conexão com as práticas profissionais, com as visitas técnicas e com o estudo de campo.

O GVGO que é uma técnica que consiste na divisão de dois grupos, um grupo que verbaliza e outro que observa. O primeiro grupo discutirá o tema na primeira fase, e o segundo observa e se prepara para substituir o primeiro grupo. Na segunda fase, o primeiro grupo observa e o segundo discute. É uma técnica bastante fácil e informal.

O Ensino Baseado em Problemas, ou Problem-Based Learning (PBL) é a construção do conhecimento valendo-se da resolução de problemas em grupo. Nesse processo, os alunos ao invés de receber o conhecimento de forma passiva em aulas expositivas, eles ganham um problema para resolver, e, em equipe, se juntam para resolvê-lo. O Ensino Baseado em Projetos é uma abordagem mais antiga, o termo foi usado em 1918 pela primeira vez e é o momento em que os alunos aprendem investigando questões e desafios da vida real, mas a elaboração de respostas passa sempre pela construção de um grande projeto.

Neste contexto precisamos ter o cuidado com os mitos e estereótipos para que o aluno não tenha a impressão de que a aula expositiva é somente um monólogo do professor, o seminário, é a substituição do monólogo do professor pelo do aluno. Se o professor usar filmes será a sessão pipoca. Necessário se faz ver o debate como um bate boca ou o estudo de caso, como um exercício.

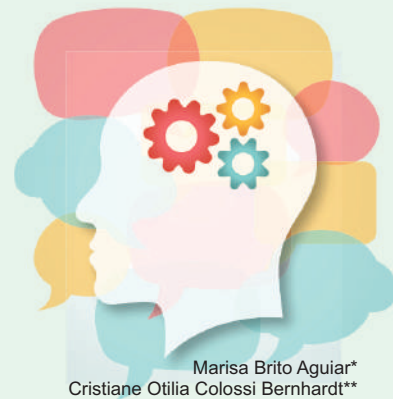
Existem muitos softwares e aplicativos na utilização de aulas síncronas e assíncronas, além dos específicos, que são voltados como por exemplo, para a área da contabilidade. Entretanto, devemos ter o cuidado para não cairmos nas armadilhas do conhecimento e na procrastinação, não podemos deixar sempre para o amanhã, pois só aprendemos a fazer fazendo. Nesse novo tempo precisamos ser ousados.

REFERÊNCIA

Disponível em: <https://blog.unopar.com.br/metodologia-ativa/#:~:text=E%2C%20para%20se%20adequar%20a,protagonista%20da%20sua%20pr%C3%B3pria%20aprendizagem>. Acesso em 08/08/2020.

*Contadora. Mestre em Contabilidade pela FUCAPE. Professora da FCARP
**Contadora. Mestre em Educação pela UNEMAT. Professora e Coordenadora da FCARP.

PERFIL COMPORTAMENTAL VERSUS IMPACTOS NA EMPRESA



Marisa Brito Aguiar*
Cristiane Otília Colossi Bernhardt**

O mundo passa por constantes transformações, a velocidade para acompanhar tais mudanças é exponencial; gerir a mudanças e observar os fatores humanos influenciáveis pode sinalizar a atenção dos gestores que pretendem gerir negócios com sucesso.

O comportamento dos colaboradores de uma empresa é algo que pode atingir contra ou a favor do negócio. É tudo uma questão de gerenciar cada um dos perfis de forma sábia e paciente e, além disso, conhecer e saber lidar com as particularidades de cada um. Sabe-se que cada pessoa é diferente uma da outra na cultura, nos valores, na criação entre outros, o que significa dizer que os comportamentos são únicos. Por isso é muito importante entender as pessoas que fazem parte da empresa e respeitar suas diferenças, pois esse cuidado faz com que o relacionamento interpessoal seja harmonioso.

Quando falamos de perfil comportamental é como que desenhassemos um mapa das atitudes humanas predominantes e que os gestores de Recursos Humanos podem utilizá-lo para orientar de forma assertiva no desenvolvimento e na designação funcional de cada colaborador.

Percebe-se que, desde a antiguidade, o homem busca compreender melhor o comportamento humano. E todos os estudos foram direcionados para a identificação de quatro características distintas. Os gregos em 500 a.C atribuíam aos quatro elementos básicos da natureza — fogo, água, terra e ar — a influência básica no comportamento das pessoas.

Durante décadas, essa premissa foi utilizada e desenvolvida por outros teóricos. Em 1921, na obra de Carl Gustav Jung, médico e psiquiatra suíço, os indivíduos são classificados em quatro tipos: produtor; sensitivo; intuitivo e analítico. Esses foram os primeiros perfis comportamentais tratados no ambiente empresarial. Posteriormente, por meio de pesquisas que incluíam instrumentos estatísticos e conhecimentos de biofísica, o psicólogo norte-americano William Moulton Marston, no início dos anos 20, construiu a metodologia DISC que são as iniciais de Dominância, Influência, Estabilidade e Conformidade, surge daí a sigla DISC (Em inglês, Dominance (D), Inducement (I), Submission (S), and Compliance (C)).

Atualmente, no meio corporativo, a metodo-

logia do DISC apresenta outra nomenclatura que define o perfil comportamental em: comunicador; executor; planejador e analista. É importante salientar que o ser humano possui um pouco de cada um desses perfis, mas com características gerais, dentre elas, motivações e contribuições que se complementam, pode, inclusive, ter evidências mais forte de um ou mais perfis.

De forma bem simples, podemos dizer que os comunicadores são pessoas que precisam do contato interpessoal e de um ambiente harmonioso, entretanto, não gostam de passar despercebidos. São amigos de todos e têm facilidade com trabalho em equipe. Os executores focam no resultado, pessoas desse perfil tendem a ser muito competitivas e realizam suas tarefas de forma rápida. Os planejadores, em situações emergenciais, agem com mais tranquilidade. São mais introvertidos e têm uma tranquilidade singular que lhes conferem facilidade no relacionamento. Os analistas são mais detalhistas, improvisam de forma rápida e atuam melhor com os estímulos dos demais.

Neste sentido, podemos destacar que o perfil comportamental é uma importante ferramenta para que a empresa consiga identificar as competências relacionadas às atitudes das pessoas, ou seja, é possível detectar suas aptidões e, ainda, suas reações diante de diferentes situações. Assim, a aplicação do perfil comportamental pelo departamento de Recursos Humanos garante maior assertividade para as estratégias da empresa e impacta, positivamente, em todas as áreas.

A análise sobre o perfil comportamental ajudará, significativamente, no momento, da escolha do colaborador, uma vez que, além da habilidade técnica, a empresa poderá considerar as competências comportamentais. Assim, pode ser que a pessoa que obteve a melhor pontuação não sirva para o cargo, porque não consegue se adaptar, por exemplo, à necessidade da comunicabilidade constante com os clientes.

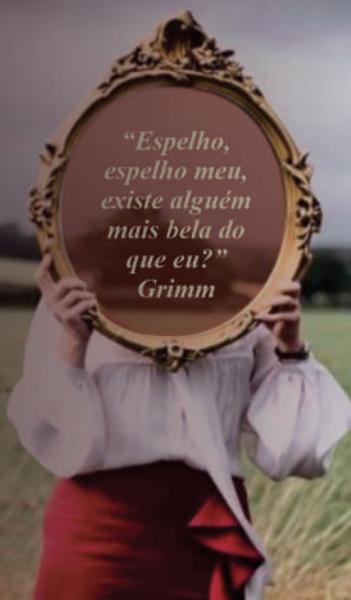
REFERÊNCIA

MATOS, Jorge, PORTELA Vânia, Talento para vida: descubra e desenvolva seus talentos, Etalent, 2012.

*Contadora. Mestre em Contabilidade pela FUCAPE. Professora da FCARP

**Contadora. Mestre em Educação pela UNEMAT. Professora e Coordenadora da FCARP.

QUANDO A SAÚDE E A BELEZA SE TRANSFORMAM EM VIOLÊNCIA DE GÊNERO E CHEGA AO RICOCHETE



Jefferson Antonione Rodrigues*

Em busca da auto-estima e, talvez por melhores condições de saúde ou beleza, os sujeitos de direito buscam por uma grande diversidade de procedimentos que a estética pode proporcionar. São diversas as procuras por procedimentos tais como: abdominoplastia (procedimento para redução de gorduras do abdômen); mamoplastia (aumento ou redução dos seios); blefaroplastia (rejuvenescimento das pálpebras); rinoplastia (correção da aparência do nariz); otoplastia (voltada as orelhas); frontoplastia (remodelar a testa); gluteoplastia (aumento do tamanho dos glúteos); braquioplastia (eliminação da flacidez da região do braço), dentre tantos outros.

Salienta-se com isso, que as mais corajosas são, em grande maioria, as mulheres que, segundo estudos, 87.4% dos pacientes no mundo todo. São as mulheres que mais buscam pelos procedimentos estéticos. Tal pesquisa é reverenciada pela Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica Estética – ISAPS, que demonstra que no Brasil somente no ano de 2018 foram efetuados 1.498.327 procedimentos estético-cirúrgicos.

A beleza do corpo, especialmente o feminino, é regulamentada por uma norma rígida e única: a magreza. Não existe alternativa legítima a este modelo. Impossível realmente imaginar um pin-up, um estrela, uma top model, enfim, que não corresponda ao imperativo da magreza absoluta. É o modelo da hipermagreza. A moda tornou-se mais tolerante. A beleza, ao contrário, tornou-se mais despótica, autoritária e inflexível. A proliferação de imagens – cinema, televisão, fotos, publicidade – reforça o modelo dominante e castiga qualquer divergência. A consequência disso é a hiperdimensão tomada pelas dietas, pelas academias de ginástica e pelas cirurgias plásticas. Ser magro é um imperativo categórico. Toda infração à norma é malvista e criticada. (LIPOVETSKY, 2016, p. 12)

Sociologicamente, esta busca por uma suposta saúde demonstra-se como uma das possíveis formas de violência de gênero, pois é em nome de uma imposição de beleza que as mulheres desde pequenas em todas as instituições ou sistemas são

doutrinadas à construção do corpo perfeito. É importante salientar os riscos que tais práticas podem trazer de modo severo e que podem acarretar uma forma de violência à mulher.

Tudo isso, sem falar que um erro do cirurgião ou do esteticista, pode trazer uma série de intempéries de cunho jurídico, a que denominamos dano estético, que pode causar uma responsabilização civil ou o que denominamos como dano ricochete. Uma vez que o resultado, embora a subjetividade da beleza, não seja o esperado é cabível mediante comprovação uma ação processual indenizatória e, que, por sua vez, pode se estender, inclusive, a outras pessoas que não apenas a do ofendido.

Os parentes até o 4º grau estão legitimados a pedir indenização por dano moral ricochete. São exatamente aquelas pessoas que mantêm ou vínculos formais de amor, de amizade ou de afeição, como os parentes mais próximos; os cônjuges, que vivem em comum: os unidos estavelmente. (BITTAR, 1995)

Desde a antiguidade clássica é um desafio a busca pelo entendimento da estética, como exemplo podemos citar Aristóteles. A estética ainda é vista como uma ciência prática ou normativa que dá ordem sob a perspectiva do belo. Assim, tem-se um materialismo que é fazer e um objeto formal que é o belo. São subjetividades em lide.

REFERÊNCIAS

- BITTAR, Carlos Alberto. Os direitos da personalidade. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995.
- GRIMM, Jkob e Wilhelm (1996). Contos de Grimm – branca de neve. São Paulo: Editora Ática. [S.l.: s.n.].
- LIPOVETSKY, Gilles. Da leveza: rumo a uma civilização sem peso. Barueri: Manole, 2016.

*Membro do corpo docente da FCARP – Faculdade Católica Rainha da Paz, Araputanga/MT.



Jefferson Antonione Rodrigues*

A pandemia COVID-19 trouxe consigo grandes impactos humanitários e econômicos e pôs em cheque os programas de prevenção às doenças e à saúde do trabalho no mundo todo.

A saúde e a segurança do trabalho sempre foram focos de atuação da Justiça do Trabalho, principalmente, no que tange à efetivação do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho. Conseqüentemente, diante do contexto pandêmico e de toda a crise econômica, bem como sanitária que estamos imersos, reforça-se a existência de diferentes realidades junto aos ambientes de trabalho, onde a maior parte das pessoas exerce suas atividades em Home Office (escritório em casa), enquanto outras continuam prestando os serviços essenciais de modo presencial. Em ambos os casos as situações se mostram preocupantes e exigem muita cautela.

Seja em casa ou no trabalho a saúde e a segurança passaram a ganhar mais importância diante de ações de prevenção ao contágio do corona vírus. Assim, é com base nessa nova realidade que destacamos o Programa Trabalho Seguro que definiu como tema de atuação do biênio 2020-2022 a “Construção do trabalho seguro e decente em tempos de crise: prevenção de acidentes e de doenças ocupacionais.”

Importante frisar que a legislação pátria estabelece no rol de direitos sociais da Constituição Federal/88, o direito à saúde e à segurança no trabalho: “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio das normas de saúde, higiene e segurança – art. 7º, inciso XXII, CF/88.

Tanta informação nos possibilita indagar: o que seria um trabalho decente?

Formalizado pela OIT em 1999, o conceito de trabalho decente sintetiza a sua missão histórica de promover oportunidades para que homens e mulheres obtenham um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, sendo considerado condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. Trata-se de um conceito central para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pelas

Nações Unidas, em especial o ODS 8, que busca “promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos”. Os principais aspectos de trabalho decente também foram amplamente incluídos nas metas de muitos dos outros ODS da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. O trabalho decente é o ponto de convergência dos quatro objetivos estratégicos da OIT: o respeito aos direitos no trabalho, especialmente aqueles definidos como fundamentais (liberdade sindical, direito de negociação coletiva, eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação e erradicação de todas as formas de trabalho forçado e trabalho infantil); a promoção do emprego produtivo e de qualidade; a ampliação da proteção social; e o fortalecimento do diálogo social.

Além disso, tantas são as preocupações que o Programa Trabalho Seguro se estende além do diagnóstico das mudanças vivenciadas nestes tempos pandêmicos, busca ainda diagnosticar as principais mudanças que o COVID-19 tem causado em todos os setores do trabalho, seja ele formal ou informal.

Ressaltamos por fim, o relevante papel do Comitê de Crises que, por sua vez atua na promoção da saúde e da segurança laboral. O comitê proporciona diálogos saudáveis e necessários que resguardam o valor social do trabalho, sem descuidar da necessidade de preservação da livre iniciativa como pilar de uma ordem econômica saudável, pois os cuidados dobrados com a saúde e cautela resguardam vidas e dignidade nos ambientes de trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Justiça do Trabalho. Tribunal Superior do Trabalho. Pandemia reforça importância da saúde e da segurança no trabalho. Disponível em: [http://www.tst.jus.br/noticias/-/assessoria/89Dk/content/id/26587943#:~:text=O%20contexto%20da%20pandemia%20e,presencialmente%2C%20servi%C3%A7os%20essenciais%20%C3%A0%20popula%C3%A7%C3%A3o](http://www.tst.jus.br/noticias/-/assessoria/89Dk/content/id/26587943#:~:text=O%20contexto%20da%20pandemia%20e,presencialmente%2C%20servi%C3%A7os%20essenciais%20%C3%A0%20popula%C3%A7%C3%A3o.). Acesso em 21/09/2020.

BRASIL, Organização Internacional do Trabalho. Trabalho decente. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-decente/lang--pt/index.htm>. Acesso em 21/09/2020.

*Membro do corpo docente da FCARP – Faculdade Católica Rainha da Paz, Araputanga/MT.



A EDUCAÇÃO SUPERIOR

EM TEMOS PANDÊMICOS



Júlia Fachini de Amorim*
Jefferson Antonione Rodrigues**

Com a instantânea transmissão do Covid-19 no ano de 2020, a população mundial se viu obrigada a mudar a rotina e buscar outros meios para realizar as tarefas cotidianas, como trabalhar, estudar, realizar reuniões ou simplesmente ir ao mercado. Com isso, algumas universidades públicas e particulares utilizaram métodos alternativos para manter o calendário de aulas, como disponibilização de conteúdo em Plataformas de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) e a realização de reuniões através de serviços de comunicações, como o Google Meet e Zoom, tais mudanças tiveram como suporte a Portaria N° 343, de 17 de março de 2020, publicada pelo Ministério da Educação.

Nessa perspectiva, denota-se que é vasta a gama de possibilidades tecnológicas para a transmissão de conhecimento e que o Estado dispôs sobre essa substituição de aulas presenciais por aulas on-line enquanto durar a pandemia. Entretanto, a utilização de meios digitais segue determinadas regras.

Nesse sentido, surgiram debates, especulações e críticas sobre o ensino remoto. É inegável alguns pontos positivos, tais como: a autonomia do discente, a flexibilização dos horários e do tempo, o grande alcance geográfico, bem como mais conforto e a expansão dos meios de pesquisa. Há também outros diversos aspectos negativos, como obstácu-

los para concentração e para manter um ensino de boa qualidade, a sensação de solidão no aprendizado, a falta de inclusão de pessoas com deficiência física ou psíquica e, indubitavelmente, a dificuldade que grande parcela da população enfrenta para acessar os núcleos tecnológicos frente às disparidades socioeconômicas no mundo e, principalmente, no Brasil.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Tecnologia da Informação e Comunicação (Pnad Contínua TIC), que, no ano de 2018, um a cada quatro brasileiros não tinham acesso à internet, o que corresponde a 25,3% da população brasileira. Entre os principais motivos para essa falta de acessibilidade tecnológica, encontra-se o alto custo da própria rede de internet e dos meios necessários para usá-la, como computadores, celulares, tablets e notebooks, além da falta de disponibilidade do serviço em todas as regiões do país.

Nessa lógica, infere-se que a desigualdade social e econômica no país impede o aprendizado de boa parcela populacional, o que fere o Estado Democrático de Direito e afeta, negativamente, a parcela da população que não tem as condições básicas para seguir um planejamento de ensino remoto de qualidade, o que aumenta ainda mais a

desigualdade social e democrática.

Ademais, mesmo àqueles que possuem o privilégio e os instrumentos necessários para acompanhar as aulas online encontram dificuldades, haja vista que precisam lidar com a frustração perante o período conturbado vigente, além de precisarem se adaptar à falta de contato presencial dinâmico, sensorial e tradicional, que possuem extrema importância na efetividade do aprendizado, assim como demonstra o historiador norte-americano Arthur M. Schlesinger Jr com a célebre frase: “ciência e tecnologia revolucionam nossas vidas, mas a memória, a tradição e o mito moldam nossas respostas.”

Em síntese, conclui-se que o Estado deve estar ciente de todas as disparidades presentes no território nacional e promover políticas públicas para atenuar esse problema, através de mais ofertas de empregos e programas sociais que disponibilizem internet gratuitamente para a população carente, além de alcançar o maior número de pessoas com acesso a essa tecnologia, em conjunto com o Ministério da Educação e o Ministério da Tecnologia, por meio da expansão geográfica do serviço, com o fito de proporcionar a acessibilidade democrática dessa rede tão importante na contemporaneidade.

Essas ações são medidas de efeito em longo prazo, sendo utópico, neste cenário, a cobrança para mudanças atuais e rápidas, logo, para uma solução mais rápida e eficaz – que é o que o momento exige - cada faculdade, sendo ela pública ou privada, deve se encarregar de conhecer os aspectos regionais de sua localização e os perfis sociais e econômicos de seus alunos, para que assim possam decidir qual é a melhor solução para atender às particularidades.

Enfim, as unidades de ensino precisam escolher entre esperar a onda de transmissão do Covid-19 amenizar ou optarem pelas aulas remotas

de modo conturbado e online, sempre observando qual escolha será melhor para os discentes. Igualmente, é função da universidade, oferecer dicas de aprendizado e concentração e usar a tecnologia para promover aulas proativas, com a finalidade de amparar e auxiliar os discentes nas particularidades, porque somente assim se efetivará de fato, a democracia nacional e mundial.

REFERÊNCIAS

ABRAFI. Ensino remoto na Educação Superior: desafios e conquistas em tempos de pandemia. Disponível em: <https://www.abrafi.org.br/index.php/site/noticiasnovo/ver/3360/educacao-superior>. Acesso em: 10/08/2020.

AGÊNCIA BRASIL. Um em cada 4 brasileiros não tem acesso à internet, mostra pesquisa. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/um-em-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-acesso-internet>. Acesso em: 11/08/2020.

ANPOCS. Educação e tecnologias digitais em tempos de pandemia. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2356-boletim-n-41-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>. Acesso em: 10/08/2020.

BRASIL DE FATO. Dez considerações sobre a pandemia, o ensino à distância e portaria do MEC. Disponível em: <https://www.brasiledefato.com.br/2020/03/26/dez-consideracoes-sobre-a-pandemia-o-ensino-a-distancia-e-portaria-do-mec>. Acesso em: 10/08/2020.

CARTACAPITAL. As controvérsias em torno das aulas a distância em tempos pandêmicos. Disponível em: <https://biblioo.cartacapital.com.br/as-controversias-em-torno-das-aulas-a-distancia-em-tempos-pandemicos/>. Acesso em: 10/08/2020.

FORBES. 20 great technology quotes to inspire, Amaze, And Amuse. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/robertszczerba/2015/02/09/20-great-technology-quotes-to-inspire-amaze-and-amuse/#491988ed16a6>. Acesso em: 11/08/2020.

GOVERNO FEDERAL. PORTARIA Nº 343, DE 17 DE MARÇO DE 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 10/08/2020.

*Acadêmica do curso de bacharelado em Direito da FCARP.
**Membro do corpo docente da FCARP – Faculdade Católica Rainha da Paz, Araputanga/MT.

TRANSTORNOS DE CONDUTA E TRAÇOS DE PSICOPATIA EM MENORES INFRATORES



Luziane da Silva Barros*

Este artigo foi motivado pela observação dos entraves diários vividos em uma delegacia de polícia Civil durante o período de estágio. O presente trabalho envolverá a prática de atos infracionais, os procedimentos e as oitivas com os menores infratores.

É de praxe no sistema brasileiro, tais condutas se tornarem grandes problemas para a justiça após a maioridade, e também por serem reincidentes. Ao analisar essa perspectiva juntamente com o estudo de casos de psicopatias em menores infratores que aconteceram no cenário brasileiro é evidente a necessidade da problematização desse tema, a fim de que a legislação brasileira se evolua em relação a esses infratores, principalmente, na menoridade, visto que é possível evitar que virem potenciais homicidas.

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente incapazes, portanto, são denominados menores infratores. Existem alarmantes números de atos infracionais nas delegacias de polícia do Brasil. Geralmente, o menor de idade comete crime influenciado pela sua condição social, financeira e, principalmente, familiar. Essa situação se agrava quando se manifestam com traços de psicopatia, os chamados transtornos de conduta.

Nesse sentido, é expressa a necessidade de reflexão acerca do tema, sobretudo, tendo em vista que antes dos 18 anos a personalidade do indivíduo ainda está em formação, assim é possível que o menor infrator, com desvio de conduta, não repita os mesmos comportamentos após a maioridade.

Cita-se o caso “Champinha”, em que Roberto Aparecido Alves Cardoso, na época com 16 anos, assassinou cruelmente juntamente com comparsas, um casal que acampavam no interior de São Paulo. As vítimas foram mantidas em cativeiro; Felipe Caffé foi executado com um tiro na nuca e Liana Friedenbach foi estuprada por várias vezes, inclusive coletivamente, e morta com golpes de faca pelo menor de idade Champinha. Segundo a Revista Super Interessante, um laudo apontou transtorno de personalidade antissocial e leve retardo mental em Champinha, que, atualmente vive em uma Unidade Experimental de Saúde, sob os cuidados do Estado.

A partir do estudo desse crime, levanta-se a questão da necessidade da sensibilização do Estado em identificar comportamentos sociopatas em menores infratores, tendo em vista a recorrência das práticas de delitos, o grau de arrependimento ou não do feitor e se ele reprova sua conduta imoral. Isso

deve ocorrer por meio da sensibilidade do agente estatal durante oitivas de menores infratores, para que este identifique se o indivíduo apresenta sinais de arrependimento pela autoria do delito; se o declarante reprova o fato narrado ou considera motivo de orgulho; e, principalmente, se existe reincidência, o que configura transtorno de conduta.

A leitura que faço do caso de Champinha, me permite entendê-lo como exemplo de exceção que ilumina a regra. O caso explicita a coexistência de ambas categorias no interior da democracia brasileira. Afinal, embora se trate de um caso excepcional, a história de Champinha também exemplifica as lacunas das normas e o funcionamento dos mecanismos jurídicos que devem vigorar sobre os jovens autores de atos infracionais, bem como visibiliza a atuação de instituições (de caráter estatal ou da sociedade civil) engajados na efetivação dos direitos nesse campo de disputa. (CARLOS, 2011, p.21)

É evidente a grande fragilidade jurídica do Brasil nos casos em que menores infratores são diagnosticados com transtornos mentais e se tornam homicidas potenciais. Nesse contexto, infere-se a necessidade de adequação de uma legislação especial para os casos, maior atenção e preparação dos agentes, em específico, os escrivães de polícia, a fim de que se identifique, de forma mais eficiente, traços de psicopatia nos infratores, para que esses recebam o tratamento correto e não virem escravos do sistema, reincidentes potenciais, como é de praxe acontecer no sistema punitivo brasileiro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do. Artigo 5º. 1988. São Paulo: Saraiva. 2020.

CARLOS, Juliana de Oliveira. Experimento de exceção: política e direitos humanos no Brasil contemporâneo. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-12092012-103245/publico/2011_JulianaDeOliveiraCarlos_VRev.pdf. Acesso em: 16/09/2020.

FERNANDES, Fernando. Psicopatia | Dr Fernando Fernandes. Youtube, 09 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mffs4K2wOKM>. Acesso em: 11 de setembro de 2020.

GRECO, Rogério. Curso de direito penal. 12. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010. p. 85

VINHAS, Rafael. Transtorno de conduta: a necessidade de legislação específica aplicada ao psicopata. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/38420/transtorno-de-conduta-a-necessidade-de-legislacao-especifica-aplicada-ao-psicopata>. Acesso em: 15 de agosto de 2020.

*Acadêmica do curso de bacharelado em Direito da Faculdade Católica Rainha da Paz – FCARP, Araputanga/MT.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO INTERDISCIPLINAR:

XADREZ E REDAÇÃO

O xadrez é um jogo divertido, desafiador, criativo que pode ajudar a construir a auto-estima e a confiança, pois é um jogo que exercita por inteiro nossas mentes. O xadrez é uma das ferramentas educacionais mais poderosas para fortalecer a mente de uma criança. O início precoce pode ajudar a criança a se tornar proficiente.

Em qualquer que seja a idade do indivíduo, o xadrez pode aumentar a concentração, a paciência e a perseverança, como também desenvolver a criatividade, a intuição, a memória, características importantes para analisar e deduzir a partir de um conjunto de princípios gerais, isso porque o educando aprende a tomar decisões difíceis e a resolver problemas e maneira flexível (FILGUTH, 2007).

O objetivo desta atividade de intervenção foi proposto juntamente com a disciplina de Língua Portuguesa para melhorar a habilidade de leitura e interpretação. A atividade foi desenvolvida com todos os alunos do Ensino Médio e envolveu 127 (cento e vinte e sete) estudantes.

Inicialmente foi realizada uma aula sobre a história do Jogo de Xadrez e suas regras. Em seguida os discentes assistiram ao o Filme “A rainha de Katwe” com objetivo de incentivar a prática e mostrar que o jogo de xadrez é uma ferramenta que pode contribuir com a aprendizagem, bem como apresentar os benefícios do xadrez em relação aos estudos das demais disciplinas da escola.

Pinto e Santos (2011, p. 10) afirmam que

[...] durante a partida de xadrez a cada jogada está associado um ato de reflexão que precede a eleição do movimento. Este processo de reflexão requer atenção (aplicação voluntária do pensamento à atividade que se realiza) e concentração (capacidade de isolar-se voluntariamente do mundo exterior e centrar-se exclusivamente na ação que se realiza). A prática do xadrez potencializa estas capacidades que favorecem um melhor rendimento escolar. [...] O

xadrez é um estímulo poderoso da tenacidade, do espírito de luta e da capacidade de sacrifício.

Em seguida realizamos o **Jogo de Xadrez na prática**, as dúvidas das regras básicas para fixar os movimentos de cada peça foram sanadas. Na sequência foi apresentada uma proposta de redação, mostrando passo a passo como construir uma redação e a utilização de citação do filme. Na proposta poderiam escolher as várias temáticas que o filme abordava.

Organizamos oficinas de xadrez e propomos a participação dos estudantes em campeonatos de xadrez na escola e no município.

Ante aos resultados podemos perceber que houve maior concentração, e criatividade nos temas escolhidos e a participação efetiva na construção da redação contendo uma introdução, desenvolvimento, conclusão e citação dentro do texto, bem como maior conhecimento dos estudantes na prática do jogo de xadrez. Outro resultado positivo foi a participação de vários estudantes no campeonato local de xadrez evento que tivemos cinco alunos classificados para a final.

REFERÊNCIA

FILGUTH, Rubens. A importância do xadrez. Porto Alegre, Artmed. 2007.

PINTO, Fernando Pereira; SANTOS, Guataçara dos. O jogo de xadrez e o ensino da matemática. Artigo publicado em 23/09/2009. Disponível em http://www.pg.utfpr.edu.br/sinect/anais/artigos/10%20Ensinodematematica/Ensinodematematica_artigo15.pdf. Acesso em 08/09/2019.

*Docente de Educação Física - FCARP, Educação Básica (SEDUC) desde 2014, Especialista em Metodologia do Ensino Superior e Pedagogia do Esporte Escolar.

**Docente de Língua Portuguesa da Educação Básica (SEDUC), Especialista em Docência no Ensino Superior.

***Discente do 3º Ano do Ensino Médio da Escola Estadual João Sato – Escola Plena.



EFEITOS DO TREINAMENTO DE FORÇA NO TRATAMENTO DA DOR LOMBAR: UMA BREVE REVISÃO DA LITERATURA

Márcio Gabriel Yakabe*
Dra. Luciane Magri Tomaz**

Alterações da coordenação para vertebral e do ritmo lombo-pélvico também têm sido relacionadas à dor lombar crônica e à fadiga precoce dos músculos. Essas modificações têm sido atribuídas ao desuso secundário ao quadro algico que compõe o processo conhecido como síndrome de descondicionamento.

A compreensão acerca dos mecanismos que envolvem a dor, especialmente, a dor crônica lombar, continua sendo um dos grandes desafios das ciências da saúde. A melhor forma para tratar essa dor crônica para tratar de modo eficaz, ainda consiste em um desafio para clínicos de diversas especialidades.

Uma ampla variedade de métodos é utilizada no tratamento da dor crônica lombar, mas muito poucos foram submetidos aos rigores da investigação científica. A despeito da falta de evidências que comprovem sua eficácia, a utilização de alguns tratamentos persiste, como: descanso no leito, ultrassom, estimulação elétrica, massagem, tração, manipulação, injeções com enzimas, aplicação de calor ou gelo, medicamentos e back schools.

O objetivo desse estudo foi avaliar como tem sido aplicado o treinamento de força muscular em pacientes com dor muscular crônica e como são mostrados na literatura os resultados dos mesmos. Trata-se de uma revisão de literatura das principais

técnicas e tratamento empregados na atualidade na reabilitação de pacientes com algias lombares.

Artigos recentes evidenciam que o treinamento de força pode trazer solução para as algias lombares, pois as técnicas usadas envolvem, em seus princípios, a ênfase do fortalecimento da musculatura estabilizadora da coluna lombar. Os estudos mostram melhora significativa em indivíduos que, através do treinamento de força, nos desfechos da redução da dor apresentam evolução funcional e da qualidade de vida quando comparados ao grupo controle. Entretanto, a maioria dos artigos selecionados apresenta pobre qualidade metodológica e não tem definição sobre qual o melhor tipo de exercício a ser realizado.

Logo, não é possível inferir sobre quais tipos de intervenção por exercícios com carga foram efetivos durante o tratamento. Há necessidade de mais estudos com boa qualidade metodológica sobre a intervenção quanto aos exercícios resistidos específicos no paciente com dor lombar.

REFERÊNCIAS

FRASSON, Viviane Bortoluzzi. Dor lombar: como tratar? – Uso racional de medicamentos: fundamentação em condutas terapêuticas e nos macroprocessos da assistência farmacêutica. ISBN 978-85-7967-108. vol. 1, n° 9, Brasília, 2016.

*Docente do curso de Educação Física da FCARP.

**Pós-doutoranda da UNESP de Presidente Prudente/SP.



PRÁTICAS EDUCACIONAIS: A IMPORTÂNCIA DOS ALIMENTOS E A ATIVIDADE FÍSICA PARA O CORPO HUMANO

Hélvio Amâncio Ramos*
Braitini Giovani Cavali Fachine**
Lízia Kelle dos Santos Almeida***
Magali Menezes Beltrão****
Tatiane Alves da Silva*****

Este texto apresenta um estudo através da alimentação e atividade física como proposta de intervenção nas práticas educacionais. Tem como objetivo demonstrar a importância e a contribuição dessas práticas para o corpo humano, haja vista que possibilita diferentes olhares através da interdisciplinaridade, o que contribui para o processo de ensino-aprendizagem.

A temática surgiu mediante a preocupação sobre os problemas de saúde que são oriundos da má alimentação e do sedentarismo, isso porque atualmente a maioria das pessoas são atraídas por um modelo de corpo perfeito, bem moldado e esculpido. Esse ponto também desperta preocupação, pois para ter esse corpo muitos se utilizam de meios, não muito aconselháveis, os quais prejudicam a saúde e trazem transtornos, às vezes, irreversíveis.

Betti e Zuliani (2002) esclarecem que, entre os objetivos gerais a Educação Física, enquanto componente curricular da Educação Básica deve assumir a tarefa de introduzir e integrar o aluno na cultura corporal de movimento, formar o cidadão para usufruir do jogo, do esporte, das atividades rítmicas e dança, das ginásticas e práticas de aptidão física, em benefício da qualidade da vida. Abrahão ainda sobre qualidade de vida, afirma que:

deve ser um anseio individual para uma conquista coletiva. A mobilização da sociedade deve focar os direitos humanos, elegendo o ser humano como ponto de partida e chegada, através da melhoria da escola, da saúde, da habilitação, do salário digno de cada pessoa. A nossa qualidade de vida deve estar intimamente relacionada com a qualidade de vida das outras pessoas também. Não podemos mais nos preocupar apenas conosco (ABRAHÃO, 2004)

As análises foram realizadas a partir de pesquisas em diferentes fontes, como artigos, livros e revistas relacionadas aos assuntos abordados. Dessa maneira, buscamos despertar o interesse pelo assunto, utilizando de meios necessários para levar os alunos a uma análise de suas práticas e como é possível viver bem e em plena saúde no século XXI.

Durante o estudo pode observar que os estudantes interessados tiveram oportunidade de conhecer, analisar, e vivenciar na teoria e na prática,

as ações voltadas ao bem-estar corporal e ainda perceber a importância de sua alimentação diária.

Dessa maneira, com a devida aplicação alimentar no ambiente escolar já estabelecida pela escola, os alunos perceberam a importância de adquirir novos hábitos alimentares saudáveis e com maior qualidade nutricional, aliando as suas necessidades energéticas para bom funcionamento corporal e ativo, o que o permite atingir melhor desempenho em práticas esportivas no espaço escolar.

Muito importante elencar que os integrantes desse processo funcional incorporaram as boas práticas alimentares e as adotaram em seus ambientes familiares, entenderam que podem prevenir doenças, adquirir novos costumes alimentares, isto é, estabelecer uma versatilidade alimentar e estimular seus entes a terem melhor compreensão alimentar, bem como boas práticas de atividades físicas.

Nesse processo de novos hábitos alimentares, os estudantes foram submetidos às ações como; palestras, documentários, filmes, pesquisas, exercícios físicos, teste físicos, verificação de frequência cardíaca, confecção de tabelas nutricionais, preços dos alimentos em diferentes comércios, tabulações de valores calóricos e nutricionais.

Diante dos dados obtidos de todo mecanismo teórico e prático, os agentes envolvidos nessa disposição conjunta obtiveram dados alarmantes sobre a alimentação da população brasileira, discutiram pontos importantes, demonstraram preocupações individuais e coletivas dentro do ambiente escolar.

Com todas essas informações os alunos se demonstraram mais preocupados com a alimentação e assim partilharam novas mudanças em sua maneira de ingerir alimentos, cortaram determinadas substâncias prejudiciais à saúde humana e fizeram uso correto forma de se alimentar, bem como, se mostraram preocupados com os padrões impostos pela sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, S R. A relevância dos jogos cooperativos na formação dos professores de educação física: uma possibilidade de mudança paradigmática. Dissertação de Mestrado em Educação Física. Curitiba, UFPR, 2004.

BETTI, M.; ZULIANI, L. R. Educação física escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas. Revista Mackenzie de Educação, 2002. Acesso em 05 jun 2019.

*Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade de Cuiabá (2010/2).

**Bacharel e Licenciado em Educação Física pelo Centro Universitário de Votuporanga/SP (2008).

***Licenciada em Educação Física pela Faculdade Católica Rainha da Paz-FCARP (2008).

****Licenciada em História pela Universidade Estadual de Mato Grosso – UNEMAT (2009/2).

*****Licenciada em História pela Universidade Estadual de Mato Grosso – UNEMAT (2015/2).

INVESTIGAÇÃO DAS FORMAS
DE CONTROLE E TRATAMENTO EM

DIABETICOS DO TIPO 2

Márcio Gabriel Yakabe*

A proposta desse trabalho é justificada em função da relevância de estudos a respeito das condições físicas, dietéticas, endócrino-fisiológico e emocionais dos diabéticos do tipo 2. O foco do estudo é estabelecer o planejamento de um estilo de vida saudável. Estudos mostram que a diabetes tipo 2 gera um grande índice de mortalidade em todo o mundo devido às complicações peculiares dessa patologia.

Neste sentido, devemos compreender o tratamento e as formas de controle dessas complicações com o objetivo de minimizar a aquisição de medicamentos e melhorar a qualidade de vida como proposta contínua.

A pesquisa teve como meta central investigar como os portadores de diabetes tipo 2 enfrentam esta doença e suas complicações, assim como, compreender quais formas de tratamento ou de controle da doença que estão sendo orientados. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa de caráter estatístico. Foram aplicados os questionários, SF-36 qualidade de vida e anamnese adaptado para diabéticos do tipo 2. Avaliação do índice de massa corporal (IMC), mensuração da pressão arterial e aplicação do teste de glicemia capilar. Foram identificados 33 indivíduos diabéticos do tipo 2 sendo 8 do sexo masculino e 25 do sexo feminino, com idade média de 66 anos.

Os resultados apontam que 78,7% dos indivíduos avaliados, não conseguem manter os níveis entre 80mg/dl a 120mg/dl como recomenda as diretrizes para o controle da glicemia. 67,6% apresentaram IMC elevados aos níveis de sobrepeso, pré-obesidade e obesidade. 51,5% obtiveram alterações de pressão arterial. 100% sofrem de uma

ou mais complicações, em especial para retinopatia (90,9%) e hipertensão (72,7%).

Vale salientar que sintomas de poliúria, dormência periférica, visão embaçada, sede excessiva servem como alerta de possíveis complicações crônicas no futuro.

Em linhas gerais, concluímos que há desinformação com a própria doença assim como a falta de orientação multidisciplinar adequada ou talvez o desinteresse do próprio paciente com os programas de exercícios físicos e a dieta alimentar, o que prejudica controlar os níveis da taxa de açúcar no sangue e as complicações da doença, causando grande impacto na qualidade de vida do diabético e, conseqüentemente, aos cofres públicos no que diz respeito à aquisição de fármacos.

Portanto, através da leitura desse texto espera-se contribuir com a produção de conhecimentos gerais da diabetes tipo 2, assim como da importância do profissional de Educação Física trabalhar como coadjuvante na prescrição de exercícios de forma terapêutica preventiva, controle e tratamento da referida patologia na promoção de um estilo de vida mais ativo.

REFERÊNCIA

SEVERO, Mateus Dorneles. Diagnóstico da diabetes no Brasil. Disponível em: <https://www.diabetes.org.br/publico/colunas/122-dr-mateus-dornelles-severo/996-perguntas-e-respostas-sobre-pre-diabetes>. Acesso em 08/08/2020.

*Docente do curso de Educação Física da FCARP.



ELETIVA: DA DOR E DA DELÍCIA DE SER ADOLESCENTE

O presente trabalho trata-se de um relato de experiência que busca discutir as ações executadas durante a disciplina de eletiva, que teve como foco a adolescência e suas implicações, desenvolvida na Escola Plena “João Sato” de Araputanga-MT. A adolescência é caracterizada como uma fase de transição, popularmente conhecida de forma negativa devido suas particularidades. Essa fase constitui em um período de dificuldades para quem a vive, pois carrega consigo responsabilidades, necessidade de realizações, obrigações e incompreensão a respeito de si mesmo e do mundo externo devido às mudanças que ocorrem em tão curto tempo.

Nesse trabalho buscou-se criar e desenvolver momentos de reflexão e de construção de conhecimentos dos estudantes, com faixa etária entre 14 e 18 anos, com temáticas sobre transformações físicas e emocionais, sexualidade, alimentação saudável, atividade física na adolescência, preservação e valorização da vida, através de palestras, dinâmicas, exposições orais, leitura de textos e debates, e a prática de exercícios físicos

como pilates, musculação e hidroginástica.

As temáticas abordadas proporcionaram aos estudantes um espaço de convivência e reflexão de suas atitudes, suas emoções e experiências e criou oportunidades para o desenvolvimento de posturas autônomas, conscientes e preparadas para exercício da cidadania. O objetivo central foi estimular os alunos a refletirem que a adolescência sob o enfoque sócio-histórico não é concebida como uma fase natural do desenvolvimento humano, mas uma construção histórica do ser humano, segundo afirma Carvalho (2012).

Tais momentos buscaram construir atitudes emancipadoras e reflexivas, como propõe GONÇALVES (2016, p. 165), a ideia não é domesticar os indivíduos, mas desenvolver a autorreflexão e a atitude crítica desses sujeitos, capaz de construir uma “práxis transformadora diante da sexualidade”.

Lízia Kelle dos SantosAlmeida*
Lucas Souza Senhorini Penachioni**
Magna TatianeNunes Bolonha***
Regiane Furlani Alexandre****





Uma das palestras contou com a participação e intervenção de uma psicóloga, com abordagem sobre as alterações emocionais na adolescência e a importância de uma boa saúde mental. A mencionada profissional abordou também sobre a importância da observação do cotidiano do espaço escolar e sobre a grande incidência de estudantes que praticam automutilação, desenvolvem crises de ansiedade e outros distúrbios como depressão e até mesmo tentativa ao suicídio.

Houve a realização de várias dinâmicas nas quais os estudantes puderam expressar suas emoções, além de compreenderem a necessidade de buscar outra pessoa com quem possa estabelecer um elo de confiança e desabafar. Os adolescentes envolvidos no estudo confeccionaram cartazes e participaram de uma caminhada sobre a preservação do suicídio.

Entre os comportamentos considerados saudáveis na sociedade contemporânea, Vilarta e Gonçalves (2004, p. 47) destacam:

Adotar hábitos alimentares que respeitem as necessidades biológicas de regularidade de ingestão de nutrientes (distribuir a quantidade total de alimentos ingeridos em várias refeições ao longo do dia); Respeitar as necessidades específicas de nutrientes para cada etapa da vida (considerar as demandas por vitaminas, minerais, água, carboidratos, lipídeos, ou proteínas de acordo com o estado fisiológico, por exemplo, adolescentes, gestantes, atletas e crianças); Praticar atividade física apropriada à própria condição fisiológica e com regularidade; Controlar o estresse físico e emocional com técnicas específicas às expectativas e os objetivos de cada pessoa; Envolver-se em ações comunitárias estabelecendo laços de apoio e convívio familiar e social; Dedicar-se ao lazer não-sedentário, baseado em ações que envolvam atividade esportiva, hobbies ou trabalho voluntário.

No contexto social em que crianças e adolescentes permanecem mais tempo no espaço escolar

do que com suas famílias é necessário que a promoção de saúde se torne parte das ações a serem desenvolvidas pela escola, porém com vistas a não retirar a responsabilidade da família. As ações desenvolvidas durante o transcorrer da disciplina eletiva buscou criar um espaço de construção de conhecimento com os adolescentes que participaram do trabalho a aprimorarem suas atitudes e reflexões, além de desenvolverem posturas de autonomia, auto-estima e criticidade.

Conclui-se que a disciplina criou um ambiente propício para os estudantes tirarem suas dúvidas, expor suas angústias além de promover saúde a um público em situação de vulnerabilidade emocional.

REFERÊNCIAS

CARVALHO LÍRIO, L. A construção histórica da adolescência. In: Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST. 2012. p. 1675-1688.

GONÇALVES, L. F. F. et al. Promoção de saúde com adolescentes em ambiente escolar: relato de experiência. SANARE-Revista de Políticas Públicas, v. 15, n. 2, 2016. Disponível em: <<https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1051>>. Acesso em: 13 de nov. 2019.

GONÇALVES, A.; VILARTA, R. (ORG.). Qualidade de vida e Atividade física : explorando teoria e prática. Barueri: Manole, 2004.

RIBEIRO, P. R. M. Sexualidade também tem história: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos. Sexualidade e infância, p. 1 - 7 - 34, 2005. Disponível em: <<http://ead.bauru.sp.gov.br/efront/www/content/lessons/51/Texto%20sexualidade1.pdf>>. Acesso em: 25 de fev. 2019.

*Docente do Curso de Educação Física – FCARP. Especialista em Pedagogia do Esporte e Metodologia do Ensino Superior, bacharel em Educação Física e professora da rede estadual de ensino do estado de Mato Grosso.
**Aluno egresso do 2º ano do ensino médio da Escola Estadual João Sato/Plena.
***Docente rede estadual de ensino no estado de Mato Grosso. Especialista em História e Cultura pela Faculdade de Cuiabá, graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).
****Docente rede estadual de ensino no estado de Mato Grosso. Graduada em Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).



Rúbia Karolina Sanches*
Adriane Cristine Silva**

EDUCAÇÃO INFANTIL: OS DESAFIOS DO BRINCAR E O PARQUE ESCOLAR COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM PARA CRIANÇAS COM E SEM DEFICIÊNCIA

O presente estudo tem como objeto de reflexão o parque infantil e a importância desse ambiente na vida escolar da criança. O objetivo geral desse estudo aborda a compreensão da importância do brincar na Educação Infantil, assim como do parque escolar como espaço pedagógico para as crianças com ou sem deficiência. Falar da brincadeira sem citar a educação é algo desconectado, uma vez que ambas se complementam, se adaptam, se ajudam e se realizam da forma que a criança mais gosta, que é aprender e brincar juntos. Enquanto desafio as atividades no parque infantil, com a interação da criança para resolver suas dificuldades, melhorar seu raciocínio lógico, sua imaginação e a socialização dentro e fora de sala de aula, e isso precisa ser mostrado e valorizado no cotidiano das práticas pedagógicas. Os objetivos específicos desta investigação partiram de um registro de experiência junto ao Centro de Educação Infantil Victor Quirino, em Indiavaí/MT, O tema abordado para a pesquisa foi escolhido por ocasião do Estágio de Gestão Escolar, quando observamos a necessidade de um lugar apropriado e com segurança para as crianças poderem interagir. O acesso ao parque infantil deve ser um momento de lazer associado à aprendizagem do aluno, e apresentamos reflexões de como foram iniciados os primeiros passos da instituição da educação infantil no Brasil e da importância da brincadeira na educação, relacionando-a ao desenvolvimento da aprendizagem da criança com ou sem deficiência no contexto da Parque Infantil. Por isso, as metodologias utilizadas para a captação dos dados foram a pesquisa observacional com seu correspondente registro, com evidência a importância dos parques infantis adaptados para as crianças nas creches e pré-escolas,

seguido pela pesquisa de cunho bibliográfico e apresenta uma pesquisa de abordagem qualitativa que, para Richardson (2012, p. 79-80), trata-se de uma pesquisa que busca por uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais dos fenômenos, uma vez que a pesquisa “qualitativa” não busca a generalização, mas sim o entendimento das singularidades. Para Kishimoto (2010) as brincadeiras aplicadas nas creches e pré-escolas devem estar em plena concordância entre as Diretrizes Curriculares de Educação Infantil, aquilo que é planejado pela professora em relação a todas as crianças e com os brinquedos disponíveis.- Conclui-se assim, que as atividades que usam o corpo e a imaginação, dentro do parque infantil e na área de lazer, como espaços fundamentais para o desenvolvimento de quaisquer crianças, devem fazer parte das estratégias pedagógicas e da didática do professor, pois têm se mostrado essenciais para o desenvolvimento e aprendizagem no contexto escolar.

REFERÊNCIAS

- RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. rev. Ampl. São Paulo: Atlas, 2008.
- KISHIMOTO, T. M. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo: Vozes, 2010.

*Egressa do curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Católica Rainha da Paz (FCARP).

**Professora da Faculdade Católica Rainha da Paz, Mestra em Educação.



IMPORTÂNCIA DO **AGRONEGÓCIO BRASILEIRO**

César Augustus Winck*

A agricultura brasileira de hoje, além de ser responsável pelo abastecimento da população do país, desempenha também um papel social importante, produzindo efeitos multiplicadores em toda sociedade, com a geração dos mais diversos produtos agrícolas e pecuários. Para que essa função seja desempenhada com sucesso é necessário um profundo intercâmbio entre as atividades que ocorrem dentro das propriedades rurais e aquelas que ocorrem quando os produtos atravessam as portei-ras das unidades de produção, com destino aos centros de consumo, como também, para com as atividades desenvolvidas antes das portei-ras (forneci-mentos de máquinas, insumos, equipamentos, pesquisa, extensão e crédito, além de outras).

O processo de transição do modo de produ-zir, do tradicional para o moderno (ou atual), está diretamente associado a constituição ou remodela-ção e expansão dos setores da indústria, da agricul-tura e da agroindústria. Este processo de transição está diretamente associado com a constituição do complexo agroindustrial brasileiro.

O Brasil desenvolveu em seus primórdios agrícolas, a chamada agricultura de “plantation”, que caracterizou diversos ciclos econômicos da nossa história: o ciclo do gado, o da cana-de-açúcar, do café, do cacau, entre outros. O próprio ciclo da borracha, apesar de extrativo, se encaixa em todas as características socioeconômicas do sistema.

A outra forma de agricultura – a de subsistên-cia – coexistia com a primeira, através da pequena propriedade, do arrendatário, do meeiro e do colono. Com uma população concentrada no campo, a agricultura de subsistência, apesar de pobre e ineficiente, conseguia abastecer, com seus exce-dentes, a população urbana e a mão de obra rural das “plantations”.

Nessa época, a fazenda típica poderia ser considerada um elemento distinto da economia; não só plantava e criava, mas também produzia, seus animais de tração, seus instrumentos de transporte (carroças e carros de boi), além de ferramentas, fertilizantes e outros itens necessários. Até roupas eram, em muitos casos, feitas em casa e todo processamento de alimento era doméstico. Virtualmente, todas as operações relacionadas com o cultivo, o processamento, o armazenamento e a comercialização de alimentos e fibras eram funções da fazenda.

Nesse caso, parecia apropriado pensar em todas essas atividades dentro do significado da palavra agricultura.

Entretanto as mudanças provocadas pelo processo de desenvolvimento (gerando rápida urbanização), combinadas com a revolução tecnoló-gica, estreitaram as funções da propriedade rural. Basicamente, a propriedade agrícola mudou sua atividade de subsistência para uma operação comercial, em que os agricultores consomem, cada vez menos, o que produzem. O moderno agricultor é um especialista, confinado às operações de cultivo e criação. Por outro lado, as funções de armazenar, processar e distribuir alimento e fibra, vão se transferindo, em larga escala para organizações além da fazenda.

Essas organizações, por seu lado, transfor-maram-se em operações altamente especializadas. Como complemento, criou-se um novo arranjo de funções fora, e a montante, da fazenda: a produção de insumos agrícolas e fatores de produção, incluín-do máquinas e implementos, tratores, combustíveis, fertilizantes, suplementos para ração, vacinas e medicamentos, sementes melhoradas, inseticidas, herbicidas, fungicidas e muitos itens mais, além de serviços bancários, técnicos de pesquisa e informa-ção.

A jusante da fazenda, formaram-se comple-xas estruturas de armazenamento, transporte, processamento, industrialização e distribuição ainda mais formidáveis. Hoje, a soma das funções ligadas a agricultura, realizada fora da propriedade, são consideravelmente maiores que o total das operações nela realizadas.

Estima-se que no Brasil, o total das opera-ções ligadas ao complexo do agronegócio alcancem até 2020, aproximadamente 27% do PIB brasileiro e 30% dos empregos formais e informais, ou seja, o maior negócio do país. E neste complexo do agrone-gócio brasileiro, estão contempladas todas as atividades agrícolas de produção (tanto da agricul-tura familiar como patronal), a produção de insumos (sementes, adubos etc...) e equipamentos (tratores, ordenhadeiras, etc...) e a industrialização dos produtos (laticínios, frigoríficos, etc...) e comerciali-zação (atacado e varejo).

*Doutor em Agronegócios (UFRGS). Professor da FCARP.

BEM VERSUS MAL

NUMA PERSPECTIVA SUBJETIVISTA

Célia Regina de Mattos Prado*
Jefferson Antonione Rodrigues**

O bem vence o mal. Espanta o temporal. O azul o amarelo tudo é muito belo. O bem vence o mal. O fraco fica forte. E vence até a morte. Isso é o que ele faz. Harmonia é o segredo que traz alegria. Só se vence quando há harmonia. Harmonia e amor. Some a escuridão. Relâmpago e trovão. O bem vence o mal. Espanta o temporal. Espanta o temporal pra valer.
-Anônimo

Singelamente, entendemos o bem como aquilo que enseja as condições ideais para a promoção do equilíbrio, manutenção ou aprimoramento, bem como a um possível progresso de um sujeito ou de toda uma coletividade. Enquanto por mal, nosso senso comum, nos faz entendê-lo como tudo aquilo que a nós é prejudicial ou que nos fere, refere-se àquilo que concerne ao dano ou à ruína de algo ou alguém, aquilo que pode ser nocivo ao estado de felicidade ou ao bem físico e/ou moral.

Para nos adequarmos melhor a estas conceituações podemos pensar num sujeito ou até mesmo em uma cidade, onde o bem será a busca constante pelo equilíbrio das boas condições de vida em todos os aspectos, o que se pode denominar de progresso ou evolução. Por outro lado, o mal será então, tudo aquilo que pode causar um grande prejuízo, minimizar ou destruir os sujeitos ou as cidades.

Com isso, torna-se perceptível a noção de que 'bem e mal' se correlacionam intrinsecamente para com a moral que, por sua vez, externa o caráter e o conhecimento geral, situação em que sua noção pode ser relativizada pela cultura que é nada mais do que a representação, sobretudo, das crenças pessoais de cada sujeito que compõe as sociedades. Tudo isso correlaciona com as questões cunho religioso. Consequentemente, para as religiões de um modo geral, praticar o bem é "praticar a lei de Deus". Diversas doutrinas retratam a figura do bem e do mal, tendo algumas delas o entendimento de que "o bem é tudo o que está de acordo com a lei divina e, o mal é tudo o que dela se afasta. Assim, praticar o bem é se conformar à lei de Deus, enquanto fazer o mal é infringir essa lei".

A Lei de Deus que está gravada em nossa consciência são os preceitos naturais, eternos que, podem tomar ares ou interpretações diversas, mas continuam sempre imutáveis. Afinal, cremos numa superioridade divina que nos acolhe e que, sempre buscamos, principalmente, nos momentos de muita aflição. Exemplo disso, é o direito à vida que se expressa como uma lei natural que contempla-se pelas leis humanas, moral, ética, amor, solidariedade, fraternidade, instintos culturais ou dogmas inseridos em nosso "EU".

Para que possamos refletir sobre o bem e o mal, devemos compreender qual a raiz de todos os

males, ou seja, o que está por detrás de cada uma das atitudes humanas, bem como das visões de mundo que as qualificam. Tais qualificações podem ser entendidas ainda, como defeitos ou vícios que carregamos e que, geralmente, não nos enganamos. Assim, temos o indício característico da nossa imperfeição o que denominamos como "interesses pessoais". Com isso, sempre estamos sujeitos ao erro e Jesus nos alertou sobre isso quando ressaltou em suas parábolas para que sempre nos colocássemos no lugar do outro.

Devemos avaliar constantemente se o que desejamos, planejamos ou até mesmo impomos ao nosso semelhante é bom para ele, pois talvez esse "bem" não seja para aquele sujeito algo bom naquele momento da sua vida. Deus nos criou providos de livre arbítrio e, quando infringimos a sua lei, ao escolher o caminho do mal, nossa jornada se torna maior, mais pesada, mas sempre retornamos ao caminho do bem, afinal essa é a lei do progresso a que muito denominam como lei do retorno, que no jargão popular é expresso como "o mundo gira".

Lembre-mos da parábola do filho pródigo, em que a lição se demonstra deveras clara. Ele se afasta da casa do pai e depois de muito sofrer, retorna e é recebido de braços abertos por seu pai. Moral da história? Há males que vem para o bem!

Você caro leitor pode indagar ou até mesmo afirmar que "o mal é sempre o mal e o bem é sem o bem"; mas neste contemplaríamos tão somente os atos praticados tendentes à manutenção do equilíbrio ou da destruição, seja do indivíduo ou da sociedade. Mesmo que depositemos nossas crenças junto ao campo da subjetividade, bem e mal se confundem com as crenças que cada um de nós carregamos.

Assim, como tudo passa por um processo evolutivo, nós também evoluímos em nossas crenças e subjetividades e, com isso, certamente, estaremos a cada dia mais e mais em busca de uma relação harmoniosa entre as nossas vivências e crenças pessoais para com a harmonia junto à lei divina, eterna e imutável.

O bem maior é ser independente para agir e pensar, sempre. Todos podem agir. Não basta sermos conscientes é preciso nos comprometer em fazer.